

Ives Gandra da Silva Martins

TORMENTA À VISTA

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,

Professor Emérito da Universidade Mackenzie, UNIP e ECEME, Presidente do Conselho de Estudos Jurídicos da Federação do Comércio do Estado de S. Paulo.

Recente filme exibido em São Paulo ostentava o título "Zona de Perigo". O mesmo vale, a meu ver, para o atual estágio do Plano Real. Caminha o Plano em Zona de Perigo e seu condutor, parece ter cometido erros, apesar de também acertar em algumas medidas.

O primeiro erro reside nos excessivos "pitos" de mestre de escola que o Ministro da Fazenda dá na sociedade brasileira, como se de Economia apenas as autoridades federais entendessem, e não aqueles que realmente a fazem, que são os agentes econômicos, ou seja, produtores, comerciantes, prestadores de serviços e consumidores.

Nas Faculdades de Economia e Direito, quando se estuda a Ciência Econômica alguns a apresentam como uma Ciência Ideológica ou Matemática, quando é, apenas, uma Ciência Psico-Social. Quem faz economia é o agente econômico, e ao economista toca, apenas, interpretar o fato econômico, podendo não atropelá-lo, se for inteligente, ou obter efeitos contrários aos desejados, se for pretencioso.

Se um Banco estiver em dificuldades e o seu proprietário se puser a dizer que se as pessoas nele mantiverem seus recursos, a instituição não irá a bancarrota, conseguirá, de imediato, que todos de lá retirem seus haveres e o Banco falirá. Se a inflação começa a rondar uma economia e o Ministro da Fazenda declara que se a sociedade

Ives Gandra da Silva Martins

comprar mais a inflação sairá do controle, a tendência será não o consumidor deixar de comprar, mas passar a comprar porque sabe que os preços de hoje são mais interessantes que os de amanhã.

Creio que se o Ministro da Fazenda --que já demonstrou tirocínio administrativo ao governar o Estado de Ceará-- falasse menos, seria melhor para que o efeito psicológico de sua fala não gerasse exatamente o oposto.

O segundo risco é a contenção do consumo por drásticas medidas --algumas delas inconstitucionais-- impostas pelo governo. Como o Brasil vive uma inflação em real e uma deflação em dólar, a contenção do consumo beneficiará os produtos importados, que, beneficiados por uma alíquota em dólar de 3% correspondente ao imposto de importação e sem a carga tributária interna, que os produtos nacionais têm, serão mais procurados que os produtos nacionais. Embora a alíquota nominal do imposto de importação seja de 20%, a deflação de 17% do dólar e a inflação de 12% do real, resulta numa alíquota real de 3% (20% - 17% da diferença do dólar e do real) ou uma alíquota negativa de 9%, se comparados o preço do produto importado em dólar de 1/7/94 e os preços de hoje, já absorvendo os 12% da inflação em real.

Em outras palavras, por gerar um protecionismo às avessas (beneficia o produto estrangeiro, que aqui chega sem tributação de origem, e prejudica o produto nacional, incidido por insana carga tributária), o Governo gerará recessão e desemprego, sem conter realmente a inflação, podendo, no máximo, retardar a explosão, com os juros e tributos elevados, que, de alguma forma e em algum momento, terão que ser repassados para os preços.

Mas, o que é pior, reduz a capacidade de geração de tributos, aumenta a potencialidade do desemprego, e, como em uma panela de pressão, segura artificialmente os preços, que tenderão a explodir.

Não percebe, o governo, que, em uma economia de escala, quanto menor a produção, maior o custo unitário dos produtos.

Embora ainda tenha campo de manobra para segurar a inflação (grandes reservas), convenço-me de que a segurará artificialmente, se apenas se utilizar de política cambial e monetária, visto que os prejuízos que trará ao parque empresarial brasileiro, se não corrigidas as distorções, poderá gerar inflação, recessão e sucateamento do setor.

Teria preferido aumentar o consumo com uma política inteligente de incentivos fiscais, isto é, com redução de impostos, através de negociação por câmaras setoriais, que implicaria o compromisso de se manterem os aumentos de preços zerados, por força dos estímulos tributários.

Desta forma, reduziria, o governo, a carga tributária, mas não perderia arrecadação, na medida em que, crescendo a produção, a redução da carga seria compensada pelo aumento da arrecadação global, com combate simultâneo à inflação e à recessão. E terminaria por gerar empregos no Brasil, e não no exterior, como está fazendo, graças à controvertida e insensata política de abertura incondicionada de importações.

Se, no futuro, o governo não fizer revisão das metas ora estabelecidas, estou convencido de que o Brasil de hoje não será diferente da Argentina de Martinez de Hooz, que terminou por desestruturar a produção industrial daquele país por 20 anos.